

PROCESSOS DE RESISTÊNCIA DAS MULHERES GUARANI E KAIOWÁ PELA REPRODUÇÃO DA VIDA DIANTE DA VIOLÊNCIA SISTEMÁTICA DO ESTADO E DO AGRONEGÓCIO: CONTRA E PARA ALÉM DOS CERCOS DO PATRIARCADO-COLONIAL-CAPITALISTA

PROCESSES OF RESISTANCE OF THE GUARANI AND KAIOWÁ WOMEN FOR THE REPRODUCTION OF LIFE IN THE FACE OF SYSTEMATIC VIOLENCE BY THE STATE AND AGRIBUSINESS: AGAINST AND BEYOND THE SIEGES OF PATRIARCHAL-COLONIAL-CAPITALIST

Beatriz VERA¹
Gislaine MONFORT²
Laura GISLOTI³

Resumo: Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais abrangente que tem sido desenvolvida pelas autoras, com o objetivo de analisar o processo contemporâneo de tensões, impactos, conflitos e violências resultantes da atuação do Estado e do avanço do neoextrativismo nos territórios indígenas Guarani e Kaiowá, apontando os horizontes de luta e resistência das mulheres diante da expropriação e violência. A pesquisa adotou uma abordagem geográfica e utilizou uma metodologia qualitativa, que incluiu revisão bibliográfica narrativa e diálogo com perspectivas teóricas e políticas construídas pelos movimentos de mulheres originárias, do feminismo comunitário na América Latina, bem como com os feminismos e ecofeminismos. Como parte da metodologia, foi realizado uma análise multitemporal do uso e cobertura do solo no sul de Mato Grosso do Sul entre os períodos de 1990-2020 a fim de investigar o contexto de transformações agrárias e seus impactos nos territórios Guarani e Kaiowá, foi realizada. O foco principal da pesquisa é a luta pelo território e pela reprodução da vida semeada nas práticas cotidianas e nas insurreições das mulheres frente ao modus operandi das políticas de morte do Estado e do neoextrativismo.

Palavras-chave: Agronegócio; Estado De Sítio; Movimento De Mulheres; Povos Indígenas.

Abstract: This work is part of a broader research that has been developed by the authors, with the objective of analyzing the contemporary process of tensions, impacts, conflicts and violence resulting from the actions of the State and the advance of neo-extractivism in the Guarani and Kaiowá indigenous territories, pointing out the horizons of struggle and resistance of women in the face of expropriation and violence. The research adopted a geographical approach and used a qualitative methodology, which included a narrative bibliographic review and dialogue with theoretical and political perspectives built by the movements of original women, community feminism in Latin America, as well as with feminism and ecofeminisms. As part of the methodology, a multi-temporal analysis of land use and land cover in southern Mato Grosso do Sul between the periods 1990-2020 was carried out in order to investigate the

¹ Pesquisadora Guarani Nhandeva, graduada no curso de Licenciatura Intercultural Indígena - Teko Arandu pela Faculdade Intercultural Indígena (FAIND). Mestre e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: beatrizverapirajui@gmail.com

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), mestre e graduada em Licenciatura em Geografia pela mesma universidade. Atualmente, atua como professora substituta no curso de Geografia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: gislainecmonfort@gmail.com

³ Etnobióloga, doutora em Biologia animal pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre pela mesma universidade. Professora adjunta na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) nos cursos de Engenharia Florestal e Agronomia, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade (PPGET) da Faculdade Intercultural Indígena na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: lauragislotti@gmail.com

context of agrarian transformations and their impacts on Guarani and Kaiowá territories. The main focus of the research is the struggle for territory and the reproduction of life sown in the daily practices and insurrections of women in the face of the modus operandi of the State's death policies and neo-extractivism.

Keywords: Agribusiness; State Of Siege; Women's Movement; Indigenous Peoples.

Introdução

O século XXI tem sido marcado por um aumento expressivo da demanda global por terras, o que tem gerado uma nova dinâmica geopolítica de expropriação e de disputas territoriais, contribuindo para a agudização da concentração e financeirização de terras. Esses mecanismos de expropriação estão profundamente enraizados no histórico processo de apropriação capitalista dos territórios e de saque à biodiversidade na América Latina.

A apropriação capitalista, a concentração e a financeirização de terras são fenômenos intimamente relacionados ao ciclo atual de expansão do capital. Essa dinâmica de expansão é preponderantemente territorial e está ligado à ofensiva das novas fronteiras do neoextrativismo e dos grandes empreendimentos associados à esse modelo (SAUER e LEITE, 2012).

A expansão do neoextrativismo como fronteira de acumulação tem como suporte a base exploratória-extrativo-exportadora de *commodities* que são tratadas como ativos financeiros. Essas *commodities* abarcam produtos como soja, milho, cana-de-açúcar, dendê, entre outros monocultivos. Além disso, também englobam os minérios, hidrocarbonetos e seus derivados (SVAMPA, 2019).

Diversas dinâmicas históricas e geográficas estão imbricadas às velhas e novas (e contínuas) ofensivas de expropriação e violência contra os territórios e a vida dos povos originários, sobretudo contra a vida das mulheres originárias. No contexto da luta pela vida, por terra e território, surge uma ofensiva direcionada às mulheres, baseada em um processo de recolonização que incorpora formas patriarcais, racistas e capitalistas de privação, de guerra e violência.

Essa guerra contra a vida das mulheres, fundamentalmente, contra a vida de mulheres indígenas, é alimentada por um conjunto de estratégias de hierarquização e desumanização enraizadas no racismo e no patriarcado capitalista, além de se constituir como uma tática de expropriação com motivação política. Trata-se de crimes e feminicídios cometidos por agentes estatais/empresariais/privados em um contexto de violência fundamentado na misoginia e nas

demandas do capital nacional e transnacional, em benefício de setores oligárquicos (RIVERA CUSICANQUI, 2010; LERMA, 2019; HERNÁNDEZ, 2020).

Este trabalho é resultado de reflexões entre uma pesquisadora Guarani e pesquisadoras não-indígenas e faz parte de uma pesquisa mais abrangente desenvolvida pelas autoras. Ele aborda um conjunto de reflexões sobre o processo contemporâneo de tensões, impactos, conflitos e violências instituídos pelo Estado e pelo avanço do neoextrativismo nos territórios indígenas Guarani e Kaiowá.

Sob o contexto dessas premissas, este trabalho tem como objetivo o objetivo de analisar o processo contemporâneo de tensões, impactos, conflitos e violências resultantes da atuação do Estado e do avanço do neoextrativismo nos territórios indígenas Guarani e Kaiowá , apontando os horizontes de luta e resistência das mulheres diante da expropriação e violência. Com a perspectiva de reflexão os impactos territoriais e socioambientais do neoextrativismo, notadamente a partir da expansão do agronegócio, no sul de Mato Grosso do Sul e a colaboração entre agentes estatais e empresariais nesse processo.

Para isso, adotamos como metodologia uma abordagem qualitativa, utilizando a revisão bibliográfica desde as perspectivas teóricas e políticas construídas pelos movimentos de mulheres originárias e do feminismo comunitário na América Latina em diálogo com os feminismos e ecofeminismos. Realizamos também uma análise multitemporal do uso e cobertura do solo no sul de Mato Grosso do Sul a fim de compreender a complexidade do contexto dos territórios Guarani e Kaiowá.

Essa análise nos permite uma reflexão mais aprofundada sobre as relações de expropriação, violência e degradação ambiental impostas aos territórios indígenas e que impactam diretamente as condições necessárias para a reprodução da vida. Como apontado por Mitidiero Junior e Feliciano (2018, p. 253) um caráter analítico e de denúncia reivindica “que a produção de conhecimento se torne mais radical. Assim sendo, combate-se a naturalização de processos de desterritorialização da vida pelo controle econômico e político dos territórios”.

Na primeira parte do trabalho realizamos uma leitura sobre os novos cercos do neoextrativismo na América Latina, a atuação de agentes estatais e empresarias nessa dinâmica e a intensificação da violência contra as mulheres. Por outro lado, investigamos como os movimentos de mulheres originárias e as produções teóricas de pesquisadoras indígenas, tem fortalecido a denúncia e a luta face à ofensiva contínua da violência patriarcal, do terrorismo de Estado e da política ruralista.

Na segunda parte, compartilhamos uma reflexão e análise sobre o contexto de expansão do agronegócio no sul de Mato Grosso do Sul sob os velhos e novos cercamentos e uma leitura sobre as dimensões dos processos de luta de mulheres Guarani e Kaiowá diante da violência sistemática contra a vida e do saque massivo aos territórios instituído pelo ruralismo e pelo Estado brasileiro. A fim de qualificar o debate, dialogamos com as produções teóricas de pesquisadoras Guarani e Kaiowá que denunciam a violência, expropriação e o contexto de degradação ambiental em seus territórios.

Não obstante, é importante ressaltar a significativa contribuição das teorias e práxis dos movimentos de mulheres na pesquisa sobre a luta por terra e território, por meio da perspectiva da Geografia Agrária. Essa abordagem tem trazido uma compreensão mais abrangente e crítica das relações sociais de sexo, etnia, raça e classe envolvidas na questão agrária, evidenciando as diferentes experiências coletivas, processos de luta e violências vivenciadas por mulheres em diferentes contextos sociais e territoriais.

Aqui é relevante pontuar que as relações sociais de sexo são perpassadas pelo conceito de gênero (apesar de serem distintos) que relacionado às relações de poder patriarcal e às relações estruturantes do ser social, com destaque para a classe social (CISNE, 2014). Como enfatizado pela pesquisadora Mirla Cisne (2014), os movimentos de mulheres são compostos por uma diversidade de perspectivas de luta, no que diz respeito tanto à dimensão teórica quanto à política.

Nesse sentido, Curiel (2009) salienta a importância de compreender a significância dos processos de luta das mulheres, enfatizando a necessidade de construir uma genealogia que reconheça as memórias, as histórias e as trajetórias das mulheres a partir da multiplicidade de povos e de movimentos em luta.

As dimensões de relações sociais de sexo, etnia, raça e classe desempenham um papel crucial na configuração das relações de poder, que são essencialmente relações espaciais de poder (GARCÍA, 2004). Esses elementos condicionam a maneira como as pessoas experimentam o mundo, interagem com outros sujeitos e enfrentam oportunidades que lhes são concedidas ou negadas. É por meio dessas interseções que se revelam as complexidades e desigualdades presentes nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas relacionadas à apropriação de terras e aos conflitos territoriais.

Neoextrativismo, terrorismo de Estado e a violência contra as mulheres: uma guerra patriarcal-capitalista

A contínua guerra contra a vida das mulheres e os cercos de expropriação e saque contra os territórios, nos leva a refletir sobre as interligações entre o neoextrativismo, o surgimento de megaprojetos extrativos no novo ciclo do capital e o agravamento da violência física, simbólica e psíquica.

O regime neoextrativista é caracterizado como uma dinâmica econômica de mono-produção que se apoia na expansão do capital extrativo. Se constitui como um modelo que não responde às necessidades e urgências locais, ao mesmo tempo em que desarticula territórios, economias de autossustento e formas autônomas de apropriação, gestão e manejo da biodiversidade (TRUJILLO, 2020).

Esse regime de mono-produção intensifica o processo que foi denominado por Mies (2019) de redefinição estrutural entre produção e reprodução. As análises de pesquisadoras como Mies (2019) e outras mulheres sobre a reprodução social proporcionaram uma concepção prática e teórica crítica do trabalho, considerando suas diversas dimensões generificadas, racializadas e sexualizadas. Outra dimensão imprescindível é a reflexão sobre como a violência estrutural e o contexto de apagamento histórico contra a produção comunitária praticada por diversos povos na Ásia, África e América Latina relaciona-se diretamente à violência contra as mulheres. Portanto, não podemos abordar a luta por terra e território e em defesa de bens comuns na contemporaneidade sem compreender criticamente os antigos e novos cercamentos (MIES, 2019).

A análise sobre a reprodução tem fortalecido um campo de reflexão importante como um debate emergente de diversos movimentos de mulheres. Em alguns casos em conexão com o debate internacional sobre o trabalho doméstico, e em outros casos a partir da retomada do debate sobre reprodução da vida associados às lutas das mulheres originárias e de povos tradicionais no Sul Global.

Essa ofensiva representa um processo de patriarcalização do espaço e recolonização dos corpos femininos, que se atualiza por meio da negação da vida e da desumanização (GARCÍA-TORRES et al., 2018). Nessa perspectiva, Larissa Bombardi (2017) levanta um debate sobre como na conjuntura atual de mundialização da agricultura capitalista e de expansão dos monocultivos, a Terra (com T maiúsculo) está sendo arquetipicamente masculinizada:

Está sendo, portanto, masculinizada na medida em que o alimento, neste mecanismo de reprodução ampliada do capital, está sendo transformado diretamente em *commodities*, em alimento para outras *commodities* (aves e suínos, por exemplo) e também em energia. (...). Ocorre que vivencia-se, na atualidade, um momento ímpar de expansão das culturas capitalistas, particularmente das *commodities* e dos cultivos voltados para produção de energia. E, neste sentido, a terra, este bem comum, atende à demanda do capital, mas não atende à demanda humana. No caminho oposto ao da esterilização da (T)terra está o caso da agricultura camponesa, da resistência camponesa, das agriculturas indígenas e quilombola no Brasil, assim como as mais diversas práticas campesinas e indígenas pelo mundo afora (BOMBARDI, 2017, p. 20)

A violência como um processo social multifacetado manifesta-se no cotidiano e nos contextos territoriais de modos distintos impactando diferentes dimensões das condições necessárias para a reprodução da vida. Enquanto um processo social fundamentado na guerra sistemática, a violência é amiúde utilizada como instrumento operacional do patriarcado capitalista e do Estado instituída em diferentes intensidades. O Estado, nesse sentido, é caracterizado como monológico e falocêntrico, retratando um "sujeito único" (RIVERA CUSICANQUI, 2010).

A guerra desempenha um papel central como um mecanismo de domínio. Embora muitas vezes seja retratada como situações desarticuladas e excepcionais, na realidade, é uma estratégia de contra insurgência utilizada pelo Estado. Por trás das aparências desarticuladas, persiste um pacto político do ruralismo e do projeto neoextrativista contra a vida (TRUJILLO, 2020). Essa guerra, não impacta (direta e indiretamente) da mesma forma os distintos setores que compõem a sociedade (MARTÍN-BARÓ, 1985).

Em diálogo com a Psicologia Política, destacamos a perspectiva de Martín-Baró (1985) que enfatiza como a violência estrutural abrange o contexto de aprofundamento da distribuição injusta dos recursos disponíveis que precariza as condições básicas necessárias para realização da vida da maioria; mas para além disso, a violência estrutural demanda o ordenamento da desigualdade opressiva através de inúmeros dispositivos como a legislação que respalda os mecanismos da força coercitiva. Essa violência é estabelecida como ordem social (MARTÍN-BARÓ, 1985). Sob a perspectiva da questão agrária no Brasil, a violência física é o *modus operandi* a ferro, fogo e sangue historicamente instituído pelas elites econômica e agrária para manutenção do domínio econômico e político (MITIDIERO JUNIOR e FELICIANO, 2018).

a intensificação da violência nas disputas por terra (água e minérios) é um retrato pálido do sucesso do agronegócio brasileiro. A história do agronegócio (ou do agro e outros negócios, como intitula Carlos Walter Porto-Gonçalves), que vai do coronelismo ao empresário moderno e do latifúndio à propriedade

e produção tecnologicamente avançada, é inseparável das ações de violência, roubo, expropriações, corrupção (...). Com isso, se nos permitem um ajuste de intitulações, o agronegócio, como tantos outros negócios, emoldura-se em *agrobandidismo*, tendo na violência física (e na violência política), contra aqueles que se põem em seu caminho, uma das suas reiteradas estratégias de domínio territorial (MITIDIÉRO JUNIOR e FELICIANO, 2018, p. 221-222).

A violência é um reflexo dos problemas estruturais e sistêmicos, agravados ainda mais pelas novas ofensivas da expansão territorial do capital. “No capitalismo a apropriação espacial se coloca como método prático de acumulação e consolidação territorial” (SOUZA e MIZUSAKI, 2018, p. 522). Nesse cenário, o Estado revela-se incapaz de resolver a questão dos conflitos e da violência, uma vez que atua como um agente aliado ao capital global corporativo. Historicamente, essa situação tem provocado um estado de insegurança constante e impunidade aos agressores (LERMA, 2019).

Sob uma perspectiva geográfica dos impactos do neoextrativismo nos territórios indígenas, essa guerra sistemática se manifesta em um cenário de intensificação dos processos de expropriação, de despejos, de insegurança alimentar e nutricional, em dinâmicas de precarização dos sistemas socioecológicos e ecossistemas que fundamentam os modos de existência e a memória biocultural de diversos povos.

assumindo como foco a interpretação da questão agrária brasileira, acumulação primitiva serve tanto para criar novos capitais (grilagem de terras e roubo), para se apropriar de frações do território já ocupadas (expulsões, expropriações, saque e assassinatos) e como forma de absorver capital sobreacumulado na economia (corrupção e especulação) (MITIDIÉRO JUNIOR e FELICIANO, 2018, p. 222).

Essa análise revela a imbricação e as interseções nas estruturas de poder e de violência, ressaltando a necessidade de uma leitura crítica do Estado e suas formas de guerra contra a vida, sobretudo contra a vida das mulheres sob a abordagem das relações entre etnia, raça e classe.

A partir dos processos de luta e dos estudos de Cabnal (2013) e dos debates levantados por Trujillo (2020), é possível observar que a reflexão sobre as interrelações entre o capitalismo, o racismo, o patriarcado e o colonialismo também implicam uma análise das formas como esses sistemas se articulam e se retroalimentam no que diz respeito aos interesses oligárquicos do poder rentista e patrimonialista e suas conexões com a violência sistemática contra as mulheres. A autora ecofeminista Vandana Shiva (2003) também enfatiza a convergência e interseção entre capitalismo, patriarcado e racismo, ressaltando a importância da reflexão desses elementos como chaves para a discussão crítica sobre a crise ambiental e a resistência das mulheres.

A história do capital, do patriarcado, do racismo e do colonialismo revela uma série de separações e fraturas, nas quais a violência desempenhou um papel fundamental para impor modos heterônomos contra os tecidos de vida em diversos contextos territoriais. Trujillo (2020) remonta como o complexo capitalista patriarcal e racista tem instituído o processo de fratura e como tem reconfigurado um conjunto de elementos do tecido da vida, entre elas, a) o processo de fratura entre os meios de existência necessários e os territórios; b) a separação que fundamenta a ciência euro-ocidental que reconhece como sociedade-natureza produzida por uma racionalidade de exploração que degrada e precariza o complexo sistema socioecológico; c) e uma organização de uma episteme moderna e modo de pensar a política como fundamento do patriarcado, do capital e do racismo.

Para Lorena Cabnal (2013), da Associação de Mulheres Indígenas de Santa Maria de Xalapán (AMISMAXAJ), ser mulher e defensora dos direitos originários difere da experiência dos homens, pois, a violência sexista é utilizada como uma ferramenta de repressão e controle sobre a vida das mulheres. Há uma conjuntura de guerra contra a luta e a resistência das mulheres, essa violência é sistemática e cotidiana, se reproduz tanto como fenômeno social quanto discursivo (SÁNCHEZ GÓMEZ, 2008).

No contexto dos crescentes impactos do neoeextrativismo em diversos territórios ameaçados por novos e antigos cercamentos, surgem múltiplas geografias de resistência que permanecem na luta árdua pela defesa da vida. Essas lutas envolvem diferentes e diversos processos de auto-organização. Na linha de frente desses processos de auto-organização estão as mulheres, especialmente as mulheres originárias, que atuam na luta permanente pela vida. Por meio de ações coletivas visibilizam e denunciam os conflitos e os impactos socioecológicos sobre seus territórios e modos de existência. Nesses processos de luta, no âmbito da organização comunitária é fundamental reconhecer que os movimentos de mulheres criam uma emergente dinâmica política alicerçada na reprodução da vida, na ética do cuidado e na defesa do território (TRUJILLO, 2020).

Diversos movimentos de mulheres originárias na América Latina compreendem que a defesa da vida também implica lutar pela retomada do cuidado, por novas formas de pensar a saúde, de pensar a política e pela busca da recomposição de territórios e paisagens degradadas, onde foram estabelecidas zonas de sacrifício (SVAMPA e VIALE, 2020).

Quando consideramos os processos históricos e geográficos que levam à formação de uma zona de sacrifício, estamos refletindo sobre o contexto que se caracteriza como territórios com profundos impactos socioambientais, com altos níveis de contaminação, com avanço do

desmatamento, com o esgotamento e o envenenamento de águas. Essas áreas são produzidas pelo capital em sua face de expansão territorial, sobretudo por meio do neoextrativismo e do que tem sido convencionalmente denominado como neodesenvolvimentismo (DI RISO et al., 2012).

Diante dos impactos da violência instaurada pelo complexo capitalista-patriarcal-racista na contemporaneidade, a politização da reprodução da vida tornou-se uma ação intrinsecamente ligada à luta das mulheres. Nesse sentido, uma das características das insurreições permanentes das mulheres é a construção de uma crítica a partir da política do corpo. Quando a crítica é retomada a partir dos corpos e das vozes das mulheres com a categoria corpo-território como tem sido levantado pelos movimentos de mulheres originárias em Abya Yala (CABNAL, 2013; FEDERICI e VALIO, 2020) ou com a categoria Mulheres-biomas como propõe a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), novos horizontes político-organizativos emergem.

Para Cabnal (2010), reconstruir uma política do corpo como território é construir autodefesa contra a violência estrutural que ameaça a dignidade. O corpo tem sido um território disputado e violado pelo patriarcado-capitalista, visando garantir sua própria continuidade. Portanto, retomar a autodefesa do corpo implica também engendrar a resistência pelo desmantelamento dos pactos corporativos patriarcais.

As significações da luta que emergem da política do corpo como território ampliam os horizontes dos processos de resistência, estabelecendo novas formas de conexão entre as lutas das mulheres e as lutas ecológico-territoriais. Nesses contextos, o corpo não é uma matéria isolada, mas um território integrado à complexa teia da vida. Nesse movimento, são as mulheres que desempenham um papel fundamental na manutenção do mundo vivo (FEDERICI, 2013).

A intervenção das mulheres envolve a manutenção da vida nos âmbitos da produção e reprodução, mas também está associada à sua atuação política comunitária, por meio de múltiplas formas de organização (TRUJILLO, 2020). Quando falamos sobre a centralidade das mulheres na defesa da vida, estamos nos referindo à reprodução da vida que elas sustentam e realizam por meio de suas ações e trabalho, diante da precarização e marginalização como uma política estatal. Esse processo deve ser reconhecido não como uma ação residual, mas como uma ação e trabalho que não podem ser dispensados tanto do ponto de vista político quanto existencial.

Diante da crise sistêmica, as mulheres organizam um conjunto de estratégias e métodos de defesa de seus territórios e tecidos comunitários, com um processo de politização ligado à

defesa da vida. Essas ações são atravessadas pelo reconhecimento de sua atuação em diversos âmbitos e escalas organizativas, produtivas e reprodutivas, mas também pela emergência da retomada e fortalecimento de saberes tradicionais e ações políticas e espirituais (TRUJILLO, 2020).

As mulheres estão construindo novas formas de pensar a política, enraizadas na ancestralidade, nas bases territoriais-comunitárias e na reprodução da vida. Por meio de estratégias de auto-organização e resistência, elas têm fortalecido sua autonomia. Um exemplo desse processo é a espiral de movimentos, associações e conselhos de mulheres que tem sido fortalecida em uma multiplicidade de formas de organização. Essas insurreições (permanentes e cotidianas) são impulsionadas por um imaginário radical que se concentra na defesa do território, da comunalidade, da biodiversidade e da agricultura tradicional.

Ofensiva ruralista e o avanço das retomadas: conflitos e processos de luta e autonomia

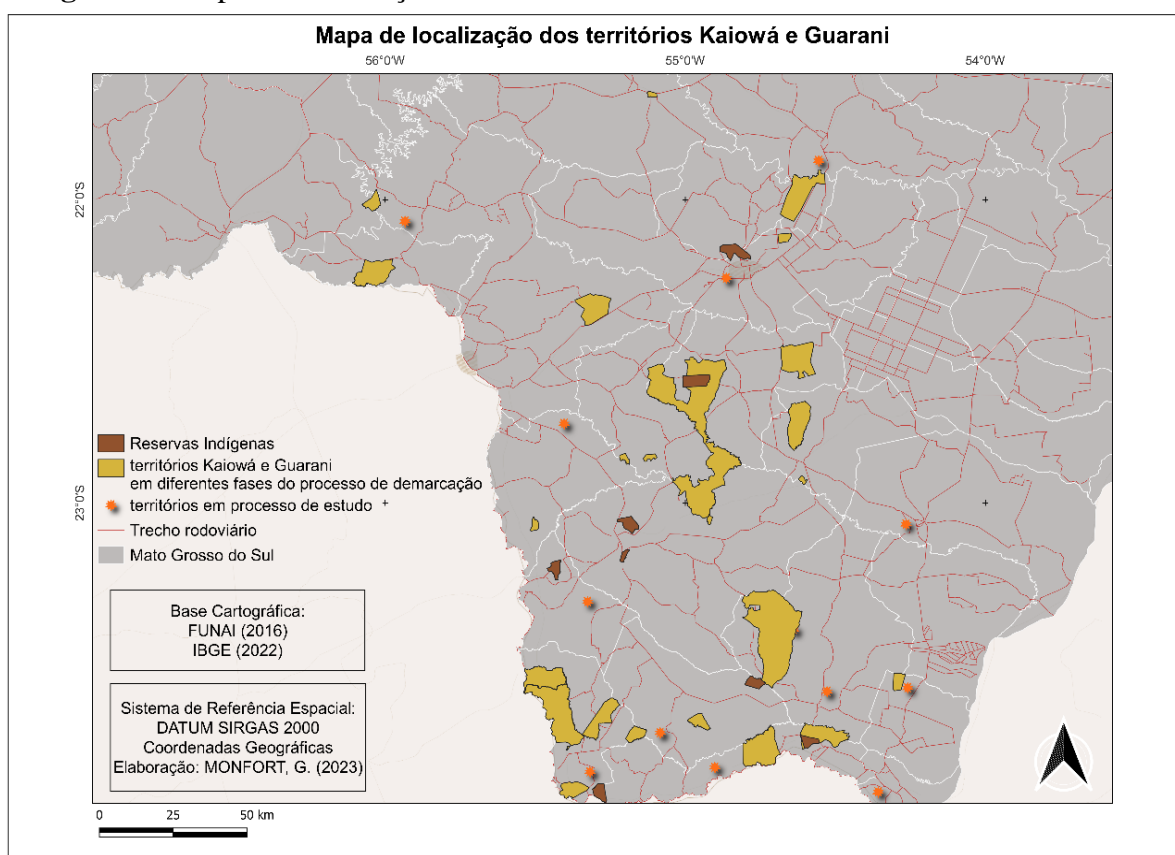
Em Mato Grosso do Sul vive a segunda maior população indígena do país. Entre elas estão os Guarani Nhandeva (também se autodenominam Guarani ou Áva Guarani) e Kaiowá, pertencentes à família linguística tupi-guarani, os Terena e Kinikinau, da família linguística arawak, os Kadiwéu, de língua guaikurú, os Ofaié (também conhecidos como Ofaié-xavante) e Guató, pertencentes ao tronco macrojê, os Chamacoco e Ayoreo, de língua zamuco, e os Atikum e Camba (CHAMORRO e COMBÈS, 2015). No caso dos povos Guarani e Kaiowá, eles juntos, correspondem a uma população de mais de 50.000 pessoas, e seus territórios abrangem todo o sul do estado de Mato Grosso do Sul.

Como um grande povo, os Guarani (Nhandeva, Kaiowá e Mbya), tiveram seus territórios ocupados por quatro Estados: Brasil, Bolívia, Argentina e Paraguai. Apesar de ser o estado com a segunda maior população originária do país, o Mato Grosso do Sul é também um dos estados com os maiores índices de concentração de terra, de conflitos fundiários e de violência sistemática contra os povos originários. Nessa conjuntura, as terras indígenas no estado ocupam na contemporaneidade somente 2,2% da área total (CASTILHO et al., 2023).

A concentração fundiária é um processo estrutural da realidade brasileira e também caracteriza a estrutura agrária de Mato Grosso do Sul. Esse cenário remonta o papel das políticas territoriais implementadas por diferentes governos (SILVA e NARDOQUE, 2022). No contexto de gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) na primeira década do século XXI em

dois mandatos (2003 a 2006 e 2007 a 2010) presenciamos, entre outras coisas, o estabelecimento de algumas políticas públicas de redução de desigualdades, mas ao mesmo tempo a implementação de mecanismos institucionais para beneficiar o ruralismo, o avanço das *commodities* e o grande capital. Essa dinâmica político-econômica que priorizou as *commodities* em detrimento da vida e dos direitos territoriais originários levada à cabo pela esquerda institucional, representou um pacto de classes respaldado nas demandas da oligarquia nacional e internacional sob a mesma matriz neoliberal dos governos anteriores (SILVA e NARDOQUE, 2022).

Figura 1 - Mapa de localização dos territórios Guarani e Kaiowá – Mato Grosso do Sul.



Fonte: Org. Monfort, G. (2023).

No espaço agrário sul-mato-grossense essas políticas territoriais promoveram a expansão da territorialização do capital por meio da intensificação das ofensivas do agronegócio e do estabelecimento de grandes empresas nacionais e internacionais produtoras de soja, eucalipto, cana-de-açúcar e carnes. O Estado foi central nesse processo através das condições político-econômicas instauradas com benefícios fiscais e acesso a crédito.

A ampliação de créditos intensificou o avanço produtivo de grandes empresas como as relacionadas à soja, Bunge, ADM, Cargill, Caramuru; e no caso da cana, revela-se o monopólio

territorial de quatro principais empresas de nível mundial: ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus (SILVA e NARDOQUE, 2022). A expansão da infraestrutura em Mato Grosso do Sul também representou um elemento chave para a implementação das bases produtivas (NARDOQUE, MELO e KUDLAVICZ, 2018; SILVA e NARDOQUE, 2022).

Em diferentes intensidades e modos de construir as políticas territoriais, mas com o mesmo pacto de classes, os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff contribuíram para esse contexto. A ofensiva ruralista-empresarial que constituiu as alianças políticas da esquerda institucional, nesse cenário, fez avançar uma manobra política que instituiu o processo de impedimento do governo de Rousseff em 2016, esse processo foi caracterizado como golpe.

Nesse contexto, ao fim do primeiro semestre de 2016, com Michel Temer diante da presidência da República, as ações e mobilizações de fiscalização do trabalho foram em grande parte suspensas sob discursos de corte de gastos. Em 2017 por meio da solicitação de Temer, Ives Gandra Filho, como presidente do Tribunal Superior do Trabalho, paralisou a medida liminar da Justiça do Trabalho de Brasília que exigia do Ministério do Trabalho e Emprego a publicação da lista de empresas responsáveis por violações à trabalhadores em condições de superexploração (MITIDIERO JUNIOR e FELICIANO, 2018). Nesse processo Temer, também entregou a agenda agrária ao Partido Solidariedade consolidando a aliança que fomentou também as mobilizações para a reforma trabalhista (LEITE et. al., 2018).

Todo esse cenário de ofensiva contínua do neoextrativismo e de atuação corporativa entre agentes estatais/empresariais/privados foi intensificado na política genocida de Bolsonaro-Mourão. Sob uma política anti-indígena financiada pelo poder corporativo da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e com apoio da bancada empresarial, militar e conservadora o governo de Bolsonaro-Mourão intensificou a militarização e o monopólio da violência contra a vida e os territórios indígenas.

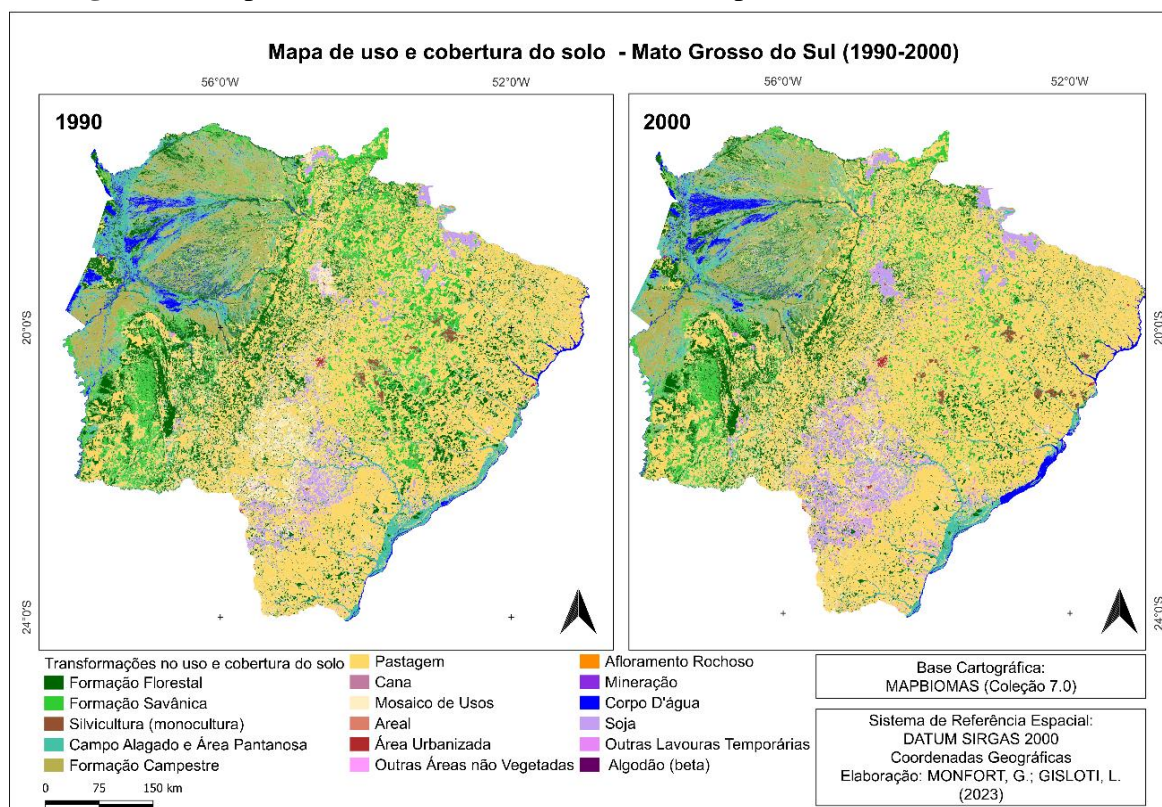
No campo brasileiro, com apontam Mitidiero Junior e Feliciano (2018), a violência histórica pode ser entendida por meio duas dimensões que contribuem para a compreensão da escalada de violações e ataques sistemáticos que se intensificaram nos últimos anos pós golpe político de 2016. É necessário destacar a i) violência estrutural, parte da engrenagem do modo capitalista de produção; ii) as particularidades do capitalismo no Brasil, que possui como herança o colonialismo, o genocídio indígena, o escravagismo e a Lei de Terras de 1850 que institucionalizou a propriedade privada da terra. A dimensão histórico-geográfica da violência retoma uma análise da violência estrutural capitalista, os processos de expropriação e etnocídio

de povos originários de Abya Yala e África, as formas de ocupação/apropriação do território brasileiro, evidenciam os dispositivos político-parlamentar/jurídico/midiático que são, por assim dizer, algumas determinantes para o aprofundamento da violência no campo.

Os povos enfrentaram o aprofundamento do terrorismo de Estado e os ataques contínuos perpetrados por parlamentares ruralistas, fazendeiros e empresários. Além disso, eles tiveram que lidar com os impactos da pandemia global da Covid-19, enfrentando um dos piores cenários de contágio e óbito. Nessa conjuntura de crise de saúde e avanço de mecanismos institucionais contra os direitos originários, como os debates sobre a tese do Marco Temporal, a base ruralista realizou manifestações pró-governo, expressando agradecimentos à APROSOJA e aos fazendeiros, com pautas que incluíam arrendamento de Terras Indígenas, garimpo e ataques ao STF.

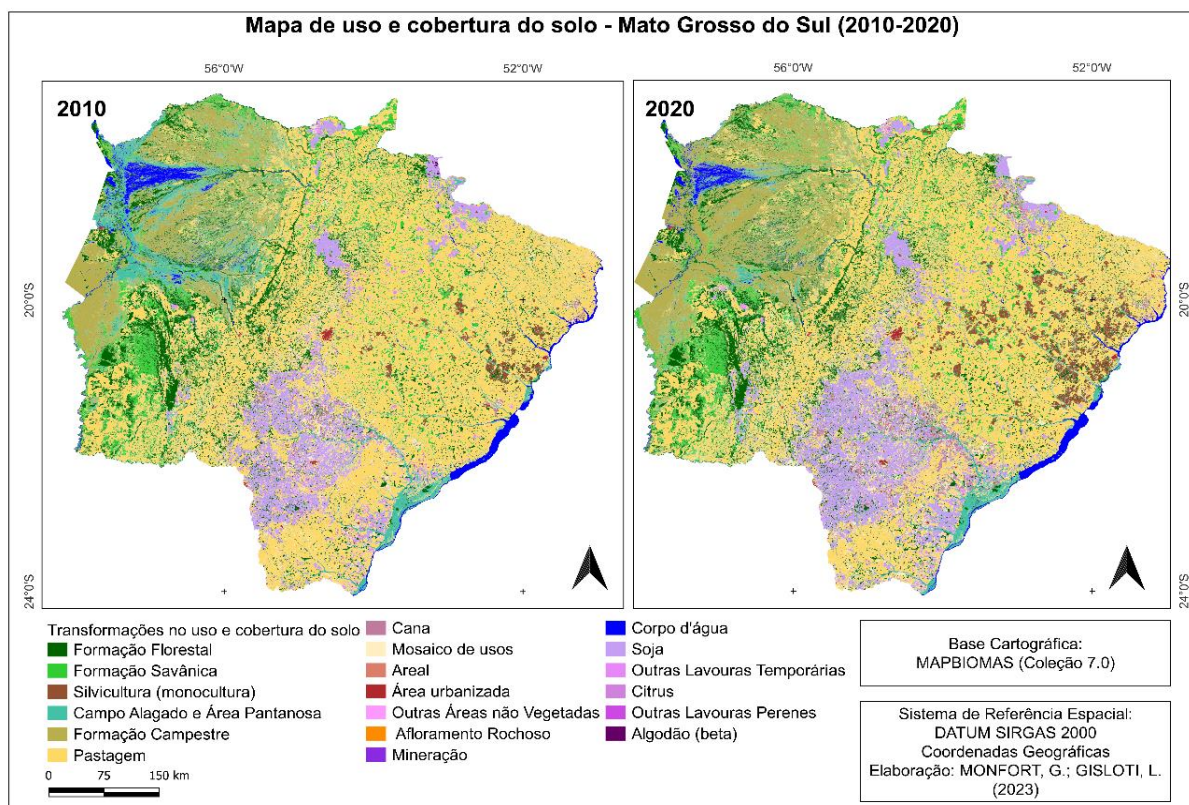
Nesse contexto, é possível compreender as marcas profundas deixadas em Mato Grosso do Sul pelas fronteiras de exploração capitalista, pelo ruralismo e pelas políticas territoriais do Estado. Essas marcas são resultado dos antigos cercamentos associados aos novos cercos da configuração política do 'consenso das commodities' (SVAMPA, 2019). Uma das dimensões dessas marcas pode ser observada ao examinar as transformações do uso e cobertura do solo.

Figura 2 - Mapa de uso e cobertura do solo entre os períodos de 1990- 2000 – MS.



Fonte: Org. Monfort, G.; Gisloti, L. (2023).

Figura 3 - Mapa de uso e cobertura do solo entre os períodos de 2010- 2020 – MS.



Fonte: Org. Monfort, G.; Gisloti, L. (2023).

Todo esse contexto de ofensiva estatal-empresarial e neoextrativista que envolve um conjunto de agentes estatais, empresariais e privados, além de ter instituído a violência sistemática e cotidiana, o desterro e a expropriação aos povos indígenas, produziu profundos impactos socioambientais em seus territórios.

Essas violências se manifestam como ações de usurpação territorial, de feminicídio e de dominação nos âmbitos social, econômico e político com inúmeras práticas de exploração e privação que reforçam essa dinâmica (SEGATO, 2018; HERNÁNDEZ, 2020).

Sob a perspectiva de compreender a violência sob o âmbito da apropriação capitalista e ruralista do território, um dossiê denominado “Quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em Terras Indígenas?” organizado pela plataforma de jornalismo independente, “De olhos nos ruralistas”, demonstrou um cruzamento das bases de dados fundiários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e identificou 1.692 sobreposições de fazendas em territórios indígenas em todo o Brasil. O que corresponde a 1,18 milhão de hectares, além disso, 95,5% estão em territórios que aguardam o processo de demarcação (CASTILHO et al., 2023).

O dossiê evidencia ainda as principais empresas multinacionais associadas a fazendas incidentes sobre territórios indígenas e entre elas estão a Bunge, Amaggi, Bom Futuro, Lactalis, Cosan, Ducoco e Nichio. Os autores demonstram que o Mato Grosso do Sul é o estado com maior índice de sobreposições, ao todo são 630. Logo após estão os estados de Mato Grosso com mais de 247 e do Maranhão com mais de 189 sobreposições. Por trás das propriedades sobrepostas a um território ancestral indígena, há uma rede de conexões políticas corporativas que frequentemente, estão atreladas direta e indiretamente, à atores centrais do capitalismo brasileiro e global (CASTILHO et al., 2023, s.p).

Palco do genocídio contra o povo Guarani Kaiowá, o Mato Grosso do Sul possui 238.907,69 hectares em áreas sobrepostas. É também o estado com maior taxa de sobreposição sobre terras homologadas e regularizadas, correspondendo a 10,9% de toda a área e concentrando-se especialmente na TI Kadiwéu, em Porto Murtinho, na divisa com o Paraguai, e nas TIs Sete Cerros e Arroio-Korá, em Paranhos (CASTILHO et al., 2023, s.p).

As conexões políticas corporativas que envolvem agentes centrais do capitalismo brasileiro e global dialogam com o apontamento de Santos (2020) ao ressaltar o agronegócio no país como um *modus operandi* de práticas coloniais que estão intrinsecamente relacionadas ao ruralismo e à apropriação dos territórios. Essas relações de poder são caracterizadas pela monopolização de bens comuns e pelo cercamento dos territórios ancestrais, com o objetivo de garantir o poder rentista e patrimonialista sob a lógica de dinâmicas financeiras globalizadas e formas de controle corporativo do território por meio da violência e exploração (MICHELOTTI e MALHEIRO, 2020).

A violência sistemática abre caminho para antigas e novas formas de expropriação, que estão intrinsecamente ligadas à dimensão do terrorismo de Estado contra os povos indígenas. Essa situação redefine um cenário de graves violações (SEGATO, 2018). Estamos diante de atos criminosos que representam formas de criminalização e guerra com uma série de ações de repressão como a prisão política, massacres, violência paramilitar, ataques sistemáticos nos territórios, tortura e o feminicídio.

Diante da expropriação, da violência estrutural e das novas ofensivas do capital, as mulheres originárias formam a linha de frente da luta por terra e território, um movimento que se estende a múltiplas esferas de resistência. Entre as mulheres Guarani e Kaiowá essas esferas de luta abarcam a importância das retomadas (territórios autonomamente recuperados pelos povos), o fortalecimento de espaços coletivos de organização e de fortalecimento da

espiritualidade, a construção de ferramentas de comunicação e mídia independente, bem como a ocupação de espaços historicamente negados, como os espaços universitários.

Mulheres Guarani e Kaiowá: a linha de frente da luta por terra e território

A luta das mulheres Kaiowá e Guarani é fruto da histórica resistência e tem se fortalecido nos caminhos de auto-organização e ações coletivas. Nesses processos de luta, as mulheres têm denunciado a violência dentro e fora dos territórios, tem fortalecido as retomadas dos territórios e tem lutado incessantemente pela recomposição da vida com ações comunitárias de cuidado com a terra, as roças e as sementes.

Diante da intensa degradação ambiental instituída pelas fronteiras de exploração do Estado e do capital, as mulheres persistem na luta pela vida, enfrentando a profunda insegurança alimentar e nutricional que impera como efeito de um modelo predatório de monoculturas que avança de modo contínuo sobre seus territórios. Nessa conjuntura, enfrentam ainda a precarização da vida nas reservas indígenas (um modelo de territorialização imposto pelo Estado brasileiro que é completamente oposto aos modos de existência e de produção dos territórios guarani e kaiowá), a ofensiva dos agrotóxicos, dos ataques permanente do Estado através das forças policiais e de milícias do agronegócio.

Parte do processo de resistência tem se dado também pelo contexto de fortalecimento de perspectivas de saúde a partir das ciências indígenas, dos conhecimentos tradicionais e de saberes vinculados às mulheres, de modo que esse processo tem se manifestado pela participação ativa de mulheres em suas organizações pautando as necessidades e demandas das comunidades, fundamentalmente, as demandas que emergem do movimento de mulheres, para/pela vida das mulheres. A saúde, nessas perspectivas ancestrais, possui outros horizontes conectados às múltiplas dimensões cosmopolíticas da terra, do território e da etnoconservação.

Esses movimentos se realizam sob uma ampla gama de ações coletivas que abrangem a prática cotidiana das mulheres e por meio de conselhos, coletivos, espaços comunitários e associações que tem sido fortalecida por seus processos de luta. Esses movimentos se configuram como uma diversidade de modos de organização e de coletividades que desempenham um papel vital nos processos de resistência contra a violência que afeta suas vidas, corpos e territórios.

Figura 4 - Mulheres e o cuidado com a terra.



Fonte: arquivo pessoal (2023).

As mulheres mais velhas, conhecidas como Maxuypy (VERON e GUIMARÃES, 2020) e as ñandesy (nossa mãe, rezadoras, lideranças político-espirituais) são as guardiãs da vida, guardiãs da força das rezas, das memórias ancestrais e de muitos sonhos que guiam diferentes gerações na luta por terra e território e pela recomposição dos sistemas socioecológicos. Os seus saberes abrangem a força da ancestralidade, do cuidado com a terra, as práticas de cura e os modos de resistência ancestral diante do terrorismo de Estado e dos ataques ruralistas.

A elas se somam outras gerações de mulheres que tem se levantado contra a violência e o desterro, pautando a defesa e retomada do território, mas também a defesa do direito à educação, à saúde e o combate contra a violência às mulheres.

Quando as mulheres, junto com os homens, retomam suas terras, elas estão retomando suas redes de parentesco, seus conhecimentos e valores, a partir de uma maneira específica de fazer política que compõe os modos de ser mulheres (*kuña reko*). (...) Pensar a agência das mulheres a partir de um modo específico de fazer política tem sido um esforço possível por perceber que a atuação delas tanto na vida em reserva, quanto na vida em retomada, é crucial (SERAGUZA, 2018, p. 216)

A autora destaca ainda que quem sustenta e nutre a força e os parentes nos processos de recuperação territorial, são as mulheres, reconhecidas como semeadores de um *jeko vya'ha* (modo de fazer alegria), de forma que são centrais, as grandes sustentadoras da alegria (SERAGUZA, 2018).

Em meio a essas territorialidades de resistência também é fundamental destacar a importância da atuação de pesquisadoras Guarani e Kaiowá que tem fortalecido a perspectiva de ocupação das universidades e tem destacado as dimensões das ciências indígenas em consonância com os conhecimentos e caminhos apontados pelas lutas históricas dos povos originários.

Além disso, compõe esse processo de insurreições, a produção autônoma de materiais audiovisuais e de linguagem cinematográfica como instrumentos comunitários discursivos, de representação/estéticos e como ferramentas políticas de contrainformação que tem fortalecido gerações de mulheres e da juventude, a qual tem produzido horizontes de contra narrativas que desvelam por meio de suas vozes, mãos, olhares e memórias individuais e coletivas.

Autodemarkar as redes de comunicação e as universidades: ferramentas de contrainformação e múltiplas formas de construção do conhecimento

Entre outras trincheiras de luta, as mulheres, sobretudo a partir da juventude, têm ocupado os espaços de construção audiovisual como rede de comunicação e ferramenta de contrainformação. Essas ações se somam às insurgências de mídias autônomas indígenas emergentes em diferentes contextos territoriais.

Um exemplo nos territórios Guarani e Kaiowá, entre outros tantos possíveis, é evidenciado através das ações da Associação Cultural de Realizadores e Realizadoras Indígenas (ASCURI), mas também em outros coletivos de comunicação independentes como as/os jovens que atuam na Retomada Aty Jovem (RAJ – conselho da juventude Guarani e Kaiowá) e na AJI – Ação dos Jovens Indígenas de Dourados.

Esse conjunto de ações abrangem importantes processos fortalecimento de mídias independentes que emerge de auto-organização do Movimento Indígena em diversas dimensões. Como destacado pelas redes da ASCURI, o coletivo foi idealizado no ano de 2008 durante a oficina "Cine Sin Fronteras" realizado na Bolívia, e tem como objetivo o fortalecimento dos modos de existência dos povos indígenas por meio da linguagem

cinematográfica e das tecnologias de comunicação, além de buscar a construção de formação coletiva.

A produção de materiais audiovisuais e de linguagem cinematográfica a partir das cosmopolíticas dos povos não somente contrapõe discursos hegemônicos do ruralismo, mas fundamentalmente, fortalece a ruptura com essas narrativas, apresentando uma revolução das imagens, da representação e da palavra a partir dos processos de autonomias e retomadas.

Em confluência com as insurreições do audiovisual indígena nos territórios guarani e kaiowá, em outros territórios outros mundos, imagens e contra narrativas emergem, como “Katahirine” a Rede Audiovisual das Mulheres Indígenas. Conforme a rede de comunicação do coletivo Katahirine, nesse movimento atuam mulheres de diversos biomas, regiões e povos, mulheres originárias comunicadoras que se uniram visando fortalecer a luta dos povos originários a partir da ferramenta do audiovisual. Desse movimento participam também algumas mulheres do povo Guarani Kaiowá⁴.

Como enfatizam, o cinema indígena é múltiplo, plural e está em permanente transformação, além de envolver um processo político-criativo de produção de filmes conectado à cosmologia de cada povo, aos modos de suas ações políticas e de seus modos de existência.

Nas trincheiras da luta por educação e acesso à universidade, as mulheres Kaiowá e Guarani têm enfrentado o racismo, a misoginia e a violência epistêmica em diferentes âmbitos e intensidades. Essas lutas geraram frutos como a implementação da Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu e a criação da Faculdade Intercultural Indígena na Universidade Federal da Grande Dourados (FAIND/UFGD). Além disso, essas ações fortaleceram o curso de formação de professoras/es indígenas como resultado da luta do Movimento Indígena por meio de seus conselhos e organizações de base (VALIENTE, 2018).

Nesse contexto, elas têm construído discussões cruciais em diferentes campos, vislumbrando horizontes de fortalecimento de pesquisas engajadas aos seus povos e territórios, com a construção de léxicos teóricos e políticos que são comprometidos com a luta (MONFORT e GISLOTI, 2022). Para a pesquisadora, conselheira da ANMIGA e atual deputada federal Célia Xakriabá:

O saber produzido no centro encontra-se em crise. Algumas universidades já estão se propondo a esse diálogo, há outras que carecem de ampliar e se abrir para essa proposta, e acredito que nós povos indígenas temos muito a

⁴ KATAHIRINE. Rede Audiovisual das Mulheres Indígenas. Disponível: <<https://katahirine.org.br/ela/michele-perito-concianza-kaiowa/>>. Acesso em: 11/08/23.

contribuir, nesse sentido, porque o nosso conhecimento não poder ser reduzido como um saber menor ou ser tratado como retórica, somos povos que produzimos nossa própria epistemologia nativa, que é alimentada na ciência do território (CÔRREA, 2018, p. 18).

Na diversidade temática, os estudos construídos por pesquisadoras Kaiowá e Guarani abordam, com maior ou menor destaque, os contextos interétnicos em que estão inseridas, os conflitos territoriais e os processos de expropriação contra seus povos. E remontam relatos e testemunhos das histórias e trajetórias de mulheres por meio dos conhecimentos tradicionais, da espiritualidade e dos modos de resistência (MONFORT e GISLOTI, 2022).

Um exemplo disso é o trabalho da pesquisadora Kaiowá Valdelice Verón (2018) que ressalta seu compromisso político com a retomada das histórias das mulheres narrada em um diálogo com uma pesquisadora do próprio povo. Mas também evidencia uma crítica profunda aos rastros de saque e sangue produzidos pelo agronegócio nos territórios originários:

Nossos territórios estão sendo destruídos por pessoas gananciosas, cujo único objetivo é o de enriquecer com o abastecimento do mercado internacional de soja, carne, cana; é o agronegócio que invadiu nossos territórios sagrados. Para nós, um grande flagelo é o biocombustível, o etanol, produzido em nosso território, como sangue que jorra de nossas veias e que inunda a terra Kaiowá. (...) Estamos sendo pilhados pelos governos desde que iniciou a invasão dos nossos *tekoha*⁵ (VERON, 2018, p. 16)

A autora denuncia as inúmeras faces da violência instituída por agentes do Estado e dos setores vinculados ao ruralismo no estado de Mato Grosso do Sul:

Nossos principais inimigos, hoje, estão ligados ao agronegócio, respaldados pelos que detêm o poder constituído. Somos vítimas de pistoleiros, jagunços e seguranças armados a mando de fazendeiros. Muitas das nossas lideranças têm morrido à bala pelas mãos destas pessoas, além de ameaças de mortes, espancamentos e atropelamentos propositais. Mesmo assim, o governo brasileiro continua omisso e conivente, sem nenhum tipo de punição para esses crimes. (...), mas quando os Kaiowá e outros povos retomam suas terras tradicionais, são criadas forças-tarefas policiais para expulsá-los (VERON, 2018, p. 20)

De outro modo, a pesquisadora Kaiowá como Elda Vasques Aquino (2012) narra a potência das ações coletivas fortalecidas pelas mulheres e a importância de novos estudos que tem sido construído por mulheres Kaiowá e Guarani junto à suas comunidades. Comumente,

⁵ Território ancestral ou lugar “onde se é” para os Guarani e Kaiowá

essas pesquisadoras são também educadoras e militantes que compõem a linha de frente da defesa da educação diferenciada em território indígena.

Soma-se ainda a esses trabalhos, o estudo da pesquisadora Guarani e Kaiowá Kellen Natalice Vilharva (2021) que enfatiza a importância dos conhecimentos tradicionais no manejo da biodiversidade e do solo. Destaca que as ñandesy (rezadoras) detêm um papel vital no fortalecimento e partilha do conhecimento ancestral sobre o cuidado com a terra, as sementes e os sistemas socioecológicos. Nessa mesma perspectiva, os estudos de Vera (2020), Pavão (2021) e Lopes (2022) enfatizam as dimensões da luta por terra e território e suas relações com as ciências indígenas, as práticas alimentares, as medicinas ancestrais e a defesa da biodiversidade.

Não escrevo para as elites...escrevo para o meu povo, para minha família, para minha comunidade, para nós, Guarani Ñandéva da aldeia Pirajuí, e para todos que querem caminhar com a gente. Escrever para o meu povo talvez seja menos simples que escrever para os outros, sobre os outros, porque para isso, a escrita deveria ser, também, um ato coletivo, que depende, mas também não depende apenas de mim (envolvendo sempre uma coletividade, a minha família, a minha comunidade, o meu lugar (VERA, 2020, p. 15).

Os processos político-organizativos em seus territórios e as críticas emergentes dos trabalhos de pesquisadoras originárias, pavimentam caminhos e práticas que criam outras possibilidades políticas e existenciais diante de um sistema em colapso permanente (TRUJILLO, 2020). Essas produções são frutos de processos de luta e de epistemologias críticas e ancestrais que se fortalecem em meio à trajetória coletiva, às histórias de vida e à memória de resistência de seus povos. Sob essa premissa, a escuta cuidadosa e o diálogo da Geografia Agrária com as lutas das mulheres indígenas e seus processos de lutas e retomadas, torna-se um importante movimento para potencializarmos debates sobre as profundas relações entre as lutas por território, a reprodução da vida a partir da luta das mulheres face às diferentes configurações do Estado de Sítio produzido pela violência patriarcal, pelo Estado e pelo agronegócio.

Considerações Finais

Este trabalho buscou somar-se às pesquisas voltadas à coprodução e colaboração entre pesquisadoras indígenas e não indígenas em estudos que tem buscado refletir as dimensões das dinâmicas históricas e geográficas que estão imbricadas às velhas e novas ofensivas de expropriação e violência contra os territórios e a vida dos povos originários, fundamentalmente, contra a vida das mulheres originárias.

Nesse contexto, o horizonte desta reflexão coletiva foi a intenção de ampliar a discussão comprometida com as lutas dos movimentos das mulheres contra as novas ofensivas do neoextrativismo. A luta em defesa dos territórios indígenas é um movimento vivo e permanente intrinsecamente relacionado à defesa da sociobiodiversidade. São as vozes ancestrais das mulheres que entoam a defesa da vida, a luta pela vida.

Os novos cercos instituídos pelo capital e pelo neoextrativismo tem produzido territórios com profundos impactos socioambientais, altos índices de contaminação, desmatamento, esgotamento/envenenamento de águas. Esses impactos são comumente denominados como zonas de sacrifícios do capital. E são as mulheres indígenas as que compõe a linha de frente da resistência frente à guerra capitalista.

O debate sobre a reprodução da vida foi central para compreender as imbricações entre novas ofensivas do capital por meio do neoextrativismo, os conflitos territoriais e a violência contra as mulheres. Enfatizamos a luta das mulheres Kaiowá e Guarani como fruto da histórica resistência que tem se fortalecido nos novos caminhos de auto-organização e ações coletivas. As mulheres têm denunciado a violência dentro e fora dos territórios, tem fortalecido as retomadas dos territórios e tem lutado incessantemente pela recomposição da vida com ações comunitárias de cuidado com a terra, as roças e as sementes frente à ampla degradação ambiental instituída pelas fronteiras de exploração do Estado e do capital. Entre outras trincheiras, as mulheres têm ocupado os espaços de construção audiovisual e rede de comunicação como ferramentas de luta e têm ocupado as universidades como pesquisadoras que pautam o profundo compromisso com a luta de seus povos.

Sob esses pressupostos e horizontes, a escuta e o diálogo com as lutas das mulheres indígenas (nos territórios, movimentos e universidades) nos possibilita imaginar e construir outras geografias agrárias a partir das resistências e perspectivas dos povos, com diferentes vozes na crítica às ofensivas estatais-empresariais e nas lutas por terra e território.

Referências bibliográficas

ASCURI. Associação Cultural dos Realizadores Indígenas. Disponível em: < <https://www.ascuri.org/nosso-jeito>>. Acesso em: 11/08/23.

AQUINO, Elda Vasques. Educação Escolar Indígena e os processos próprios de aprendizagens: espaços de inter-relação de conhecimentos na infância Guarani/Kaiowá, antes da escola, na comunidade indígena de Amambai. Amambai: Programa de pós-graduação Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012. 120 f. (Dissertação de Mestrado em Educação).

BOMBARDI, Larissa Mies. Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.

CABNAL, Lorena. Feminismos diversos: el feminismo comunitário. Guatemala: ACSUR- Las Segovias, 2010. Disponível em: < <https://porunavidavivible.files.wordpress.com/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabnal.pdf> >. Acesso em: 19/12/22.

_____. “Para las mujeres indígenas, la defensa del territorio tierra es la propia defensa del territorio cuerpo”. PBI Estado Español, entrevista, mai.2013. Disponível em: < https://www.pbi-ee.org/fileadmin/user_files/groups/spain/1305Entrevista_a_Lorena_Cabnal_completa.pdf > . Acesso em: 19/12/22.

CASTILHO, Alceu Luís. FIALHO, Bernardo. BASSI, Bruno Stankevicius. CARILINI, Eduardo Luiz Damiani Goyo. SOUZA, Hugo. MORAES, Katarina. PRADO, Luma Ribeiro. PITTELKOW, Nanci. BELLENTANI, Natália Freire. Quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em Terras Indígenas. Dossiê, De Olho nos Ruralistas, 2023. Disponível em: < <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Os-Invasores-2023.pdf> >. Acesso em: 20/06/23.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle. Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. Brasília, v. 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

CORRÊA, Celia Nunes. O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma Educação Territorializada. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, 2018. 218 p. (Dissertação de Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais).

CURIEL, Rosa Ynés Ochy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. Buenos Aires: Teoría y pensamiento feminista, 2009.

DI RISIO, D., GAVALDÀ, M., PEREZ-ROIG, D., e SCANDIZZO, H. Zonas de sacrificio. Impactos de la industria hidrocarbúrfica en Salta y Norpatagonia. Buenos Aires: América Libre, 2012.

FEDERICI, Silvia. La revolución inacabada. Mujeres, reproducción social y la lucha por lo común. Oaxaca: Escuela Calpulli, 2013

FEDERICI, Silvia; VALIO, Luciana Benetti Marques. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. Florianópolis, Revista Estudos Feministas, v.28, n.2, p. 1-11, 2020

GARCÍA, Maria Franco. A luta pela terra sob enfoque de gênero: Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 2004. 216 f. (Tese de doutorado em Geografia)

GARCÍA-TORRES, Miriam.; VÁZQUEZ, Eva.; CRUZ, Delmy Tania.; BAYÓN, Manuel. (Re) patriarcalización de los territorios. La lucha de las mujeres y los megaproyectos extractivos. Barcelona, Ecología Política, n. 54, p. 65-69, jan. 2018.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. Nosotras como mujeres que somos: entre la desposesión, la subordinación y la defensa de los cuerpos-territorios. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas: Centro de investigaciones y estudios superiores en Antropología Social. 2020. 271f. (Tese de doutorado em Antropologia Social).

KATAHIRINE. Rede audiovisual de mulheres indígenas. Disponível em: <<https://katahirine.org.br/>>. Acesso em: 11/08/23.

LERMA, Betty Ruth Lozano. Asesinato de mujeres y acumulación global. El caso del bello puerto del mar, mi Buenaventura. In: GRUNER, Sheila. MENA. Melquiceded Blandón. CAICEDO, Jader Gómez. Mina-Rojas, CHARO. Des/dibujando el país/aje. Aportes para la paz con los pueblos afrodescendientes e indígenas: territorio, autonomía y buen vivir. Colombia: Ediciones Poder Negro, 2016, p. 73-86.

LEITE, Acácio Zuniga. CASTRO, Luís Felipe Perdigão de. SAUER, Sérgio. A questão agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. Revista Okara: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 247-274, 2018.

LOPES, Inair Gomes. Kaiowá rembi'u ypy: alimentação tradicional como estratégia de etnoconservação da diversidade biocultural no tekoha Pirakua. Dourados: Faculdade Intercultural Indígena, Universidade Federal da Grande Dourados. 2022. 111 f. (Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade)).

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Acción y ideología: Psicología Social desde Centroamérica. San Salvador: UCA Editores, 1985.

MICHELOTTI, Fernando. MALHEIRO, Bruno Cezar. Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia. Revista da ANPEGE. v. 16. n. 29, p. 641 - 680, dez. 2020.

MIES, Maria. Capitalist development and subsistence reproduction; rural women in India. Bulletin of Concerned Asian Scholars, v. 12, n. 1, p. 2-14, mai. 2019.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. FELICIANO, Carlos Alberto. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. Revista Okara: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 220-246, ago. 2018.

PAVÃO, Sonia. Conhecimentos Tradicionais Guarani e Kaiowá como fontes de autonomia, sustentabilidade e resistência. Dourados: Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021. 121p. (Dissertação, Mestrado em Educação e Territorialidade).

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Violencias encubiertas en Bolivia. La Paz: Editorial Piedra Rota, 2010

SANTOS, Roberto S. Estado, políticas públicas e agronegócio na Amazônia Legal: uma análise a partir dos conflitos socioterritoriais. Bauru: Ciência Geográfica, v. 24, p. 1398-1417, jan/dez. 2020.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. Piracicaba, Revista de Economia e Sociologia Rural, RESR, v. 50, n. 3, p. 503-524, jul/set. 2012

SÁNCHEZ GÓMEZ, Olga Amparo. Las violencias contra las mujeres en una sociedad en guerra. Bogotá: Ruta Pacífica de las Mujeres Colombianas, 2008.

SEGATO, Rita. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez: Territorio, soberanía y crímenes de segundo estado. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

SERAGUZA, Lauriene. Mulheres em retomadas. Pelotas: Tessituras revista de Antropologia e Arqueologia, v. 6, n. 2, p. 215-215, 2018.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Luciene Maria. NARDOQUE, Sandoval. Questão agrária e as ações dos governos petistas no campo em Mato Grosso do Sul. Sociedade e Território, Natal. v. 34, n.2, p. 44-65, maio/ago. 2022.

SOUZA, José Gilberto de. MIZUSAKI, Márcia Yukari. A “(re)conquista” do Estado: antipolítica, agronegócio e genocídio no Brasil. Revista Okara: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 507-532, 2018.

SVAMPA, Maristella. Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Bielefeld University Press, 2019.

SVAMPA, Maristella; VIALE, Enrique. El colapso ecológico ya llegó: Una brújula para salir del (mal) desarrollo. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2020.

TRUJILLO, Mina L. N. Mujeres en lucha por la defensa de la vida asediada y afectada por los extractivismos en México. Rio de Janeiro, Revista Trabalho Necessário, n.36, p. 118-142, mai. 2020

VERA, Beatriz et al. Espaço, árvores e plantas na reserva indígena Pirajuí: entre memórias e lugares de agora. Dourados: Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, 2020. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

VERON, Valdelice. Tekombo'e Kunhakoty: Modo de viver da mulher Kaiowa. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, 2018. 42 f. (Dissertação, Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais).

VERON, Valdelice. GUIMARÃES, Sílvia. Sobre Máscaras, Fumaça e Fogo Doméstico: Experiências das Mulheres Kaiowá na Pandemia da Covid-19. Mato Grosso do Sul, Vukápanavo Revista Terena, n. 3, p. 115-154. out./nov. 2020

VILHARVA, Kellen Natalice. *Rhynchophorus palmarum* Linnaeus (Coleoptera, Curculionidae): etnoconhecimento Guarani-kaiowá e atividades farmacológicas. Dourados: Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais da Universidade Federal da Grande Dourados, 2020. (Dissertação de Mestrado em Biologia geral/Bioprospecção).

Sobre as autoras

Beatriz Vera - Avá Guarani, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFGD, mestra pelo mesmo programa e graduada em Ciências Humanas na Licenciatura Intercultural Indígena – FAIND/UFGD. E-mail: beatrizverapirajui@gmail.com

Gislaine Monfort – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFGD, mestra pelo mesmo programa e graduada em Licenciatura em Geografia na Faculdade de Ciências Humanas/UFGD. E-mail: gislainecmonfort@gmail.com

Laura Gislotti - Professora Adjunta do Instituto de Biodiversidade e Florestas-IBEF/UFOPA e do Programa de Pós-Graduação em Entomologia e Conservação da Biodiversidade/UFGD. E-mail: lauragislotti@gmail.com

Artigo recebido em 28-06-2023

Artigo aceito para publicação em 08-09-2023